

Editorial

Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental de trabalho

Editorial – Form beyond the market and the substantive use of the instrumental work

JANE CRUZ PRATES*



Ser moderno (...) é experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo o que é sólido desmancha no ar (Marshall Berman).

Uma formação substantiva de profissionais requer o desenvolvimento de processos que ultrapassem a lógica do mercado de trabalho, sem deixar de contemplar suas exigências. Para além da empregabilidade, a formação de nível superior precisa instigar o desenvolvimento de competências que, criticando os limites do instituído, possa contribuir para o aprimoramento de alguns processos e para a transformação de outros, em tempos em que o torvelinho cotidiano, destacado por Berman (1986) continua a requisitar de docentes e discentes a capacidade de trabalhar com as incertezas.

Como professores que formam profissionais, somos desafiados a enfrentar as exigências de um mercado de trabalho competitivo que demanda um trabalhador polivalente, pronto para reproduzir normas e procedimentos. Recebemos alunos trabalhadores em condições cada vez mais precárias, assumindo muitas atividades ao mesmo tempo, com formações anteriores pouco sedimentadas, mas, por outro lado, é preciso que se reconheça que hoje os filhos de trabalhadores têm maiores possibilidades de acesso à Universidade.

Dados da PNAD (2009) mostram que nos últimos 15 anos o percentual de jovens entre 18 e 24 anos de idade que passou a ter acesso à Universidade cresceu de 7% para 19%, totalizando 4,4 milhões de jovens. A utilização dessa faixa etária deve-se ao fato de este ser considerado o contingente populacional cuja demanda é adequada para o ensino superior e ser o indicador utilizado pelas agências internacionais, embora, no Brasil, as faixas etárias mais velhas tenham grande representação entre aqueles que frequentam esse nível de formação (ANDRADE, 2012).

Conforme dados no INEP (2011) relativos ao Censo da Educação Superior, entre os motivos que levam ao crescimento do acesso a este nível estão o somatório de políticas públicas que incentivam o acesso e a permanência ao nível superior, dentre elas o aumento de financiamentos via bolsas e subsídios, como Fies e ProUni.

No caso do Serviço Social, somos requisitados, a partir de um projeto profissional construído coletivamente, a formar profissionais críticos que auxiliem na redução de processos subalternizadores e para a potencialização de processos sociais emancipatórios que contribuam com a efetiva transformação

* **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/PUCRS. Porto Alegre/RS - Brasil. E-mail: jprates@pucrs.br

social. Mas a quais processos nos referimos? Àqueles que instigam a mobilização, a conscientização, a organização, a autonomia, a participação efetiva dos sujeitos no conjunto da vida social.

Formar profissionais que tenham postura investigativa, clareza de finalidade naquilo que realizam, que contribuam para desocultar os fetiches que conformam a relação capital e trabalho e, para além das demandas do mercado, respondam às necessidades da sociedade materializadas e almejadas – afinal almejamos outro patamar de sociabilidade – é, sem dúvida, um imenso desafio. Isto implica formar profissionais que não se contentem com o aparente, que tenham capacidade crítica e autocrítica, postura ética e compromisso com a sociedade do seu tempo é o mínimo que se espera da Universidade.

Marx (1993) já destacava nas “Teses sobre Feuerbach” que o educador também precisa ser educado. E, nos “Manuscritos de Paris” (1993a), ressaltava que precisamos educar não só a razão, mas também os sentidos, pois com eles capturamos o mundo. O olho que não aprende a ver não enxerga. A linguagem que pode provocar a descoberta e instigar a libertação pode ser instrumento de dominação. Esse processo de dupla dimensão é claramente explicitado por Graciliano Ramos (2002), em *Vidas secas* (2002) quando o personagem Fabiano, ludibriado pela linguagem que não conseguia decodificar, se vê fascinado por ela.

Diz o retirante nordestino, principal personagem da história:

[Fabiano] Ouvira falar em juros e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras. Mas eram bonitas. Às vezes decorava algumas e as empregava fora de propósito.

Marx destaca que os sentidos presos à grosseira necessidade são restritos. E por fim ressalta que todos os órgãos da individualidade humana, e aqui inclui não só os sentidos – a visão, audição, olfato –, mas também o amor e a vontade, “são substituídos pela alienação dos sentidos, pelo sentido do ter” (MARX, 1993a, p. 197).

Portanto, formar profissionais críticos pressupõe instigar o desenvolvimento não só da razão, mas também da sensibilidade. Nesse sentido, para além da importante ampliação da cadeia de mediações que nos permite fazer a análise de contextos e da movimentação entre o particular e o universal, desocultando as contradições, reconhecendo as múltiplas dimensões que conformam as desigualdades e as formas de resistência. Isso porque não trabalhamos só com desigualdades, mas também com potencialidades e formas criativas empreendidas pelos usuários para enfrentá-las, o que exige a reinvenção das formas criativas para movimentar saberes, mediando-os a partir do uso de um instrumental técnico-operativo.

Contudo, o processo que antecede essa mediação operativa precisa estar instruído por fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos. Para Marx (1989), o instrumental é o conjunto de elementos que o trabalhador utiliza como energia física e intelectual que são direcionados ao objeto do trabalho ou à matéria-prima. A diferença, para Marx, é que o primeiro já sofreu a ação do trabalho e a segunda não. O instrumental, portanto, inclui instrumentos e técnicas, mas também outros elementos. O termo instrumental, cunhado por Marx, inclui saberes, estratégias e instrumentos de ordens diversas. Embora fundamental para o autor, podendo limitar ou até impedir o trabalho, não é o único elemento, mas, sem dúvida, os trabalhadores se valem do instrumental para materializar o trabalho.

A característica interventiva do Serviço Social é mais um aspecto que o aproxima à teoria marxiana, porque a transformação, segundo o pensador alemão, não pode se efetivar apenas por obra do pensamento, embora este a informe, pois, diz o autor, “a atividade revolucionária é prático-crítica” (MARX, 1993).

Ser executor terminal de políticas, uma das críticas de muitos teóricos que problematizam o trabalho profissional do assistente social, é uma atividade de extrema importância, embora a profissão

não possa ser restrita a esse âmbito de atuação. A execução terminal, se realizada com competência prático-crítica, para usar a expressão marxiana, é de suma importância para a sociedade, desde que não seja limitada à mera reprodução do já produzido. E ressalte-se, nesses espaços também é fundamental o uso de processos, como o planejamento, a gestão e a postura investigativa, em que pese a relevância de ocuparmos também esses espaços no desempenho de funções institucionais.

Outro aspecto que merece destaque é que o trabalho alienado se expressa não só na execução terminal das políticas, mas também nos âmbitos do planejamento, da gestão, da docência, enfim em qualquer âmbito de realização do trabalho. Em estudo recentemente realizado pelo Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GTEMPPP, com apoio do CNPq, sobre a inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre, a partir de análises documentais e da coleta direta junto a profissionais, via questionários *on-line*, entre outras informações, verificou-se que: as condições precárias de trabalho, incluindo uma média de 16 h de trabalho invisível semanais, a insatisfação dos profissionais em relação a condições e relações de trabalho geravam a insatisfação dos profissionais; por outro lado o compromisso com os valores da profissão e um amor pelo que fazem, apesar dessas condições, também foi explicitado pela maioria dos sujeitos investigados.

O estudo mostrou também que as demandas requisitadas direcionadas pelo mercado são conhecimentos de normas e procedimentos estabelecidos pelas políticas, elaboração de projetos e captação de recursos, além da elaboração de produtos, como relatórios, laudos, pareceres.

Quando falam dos conhecimentos que precisam aprofundar, os profissionais participantes do estudo destacam o aprofundamento sobre planejamento, a realização de diagnósticos (de território, de vulnerabilidades, de cobertura, etc.), o trato com o orçamento público e o manejo mais adequado de instrumentos e técnicas. Mas a articulação dessa mediação aos fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos aparece em poucas expressões (PRATES et al., 2012). Os profissionais acabam por reproduzir as imposições de um mercado que limita seu fazer a operações, mesmo que sejam operações complexas.

Nessa direção parece importante retomar o necessário processo de reelaboração do objeto, importante contribuição de Baptista (2002), porque precisamos nos desafiar a constantemente desocultar processos, ir além do aparente. Não reelaboramos no sentido de buscar um “novo objeto” ou de modificá-lo, mas de aprofundá-lo, desocultá-lo, desfeticizá-lo, por sucessivas aproximações. Este é um processo de suma importância que precisa ser sistematicamente reiterado e trabalhado na formação.

Além de uma formação que contemple o ensino sobre a operacionalização dos instrumentos, para além da necessária articulação com as teorias explicativas e avaliações de contextos universais, locais, grupais e singulares, e que informam a escolha dos instrumentos e técnicas mais adequadas, é preciso problematizar os processos sociais que mobilizamos, seja em uma reunião, entrevista ou através da dramatização. Precisamos pensar em como mobilizar, como instigar reflexos no sentido de ampliar consciência, como também instigar a organização interna, particular e coletiva. O debate sobre processos sociais emancipatórios é também fundamental para que não se reitere, mesmo movimentando os instrumentos com habilidade, processos subalternizadores, enquadradores, conformadores; melhor dizendo, é preciso que tenhamos a clareza de que não basta a profissionais comprometidos com processos transformadores o adequado manejo de procedimentos e normas.

Há, sem dúvidas, uma resistência, especialmente dos teóricos da profissão, em relação à retomada do debate sobre o uso de instrumentos e técnicas, temerosos de que este processo realizado de modo reducionista e deslocado dos fundamentos acabe por instigar um retrocesso tecnicista, como parte da reestruturação produtiva que captura não só a subjetividade do trabalhador, mas também os processos de formação. Esse medo real é absolutamente pertinente, em um tempo em que a supervalorização da técnica e da tecnologia tem sido tema de intenso debate e preocupação de quem fundamenta o trabalho a partir de uma concepção ampliada como a aportada por Marx.

Os defensores do capitalismo cognitivo, por exemplo, argumentam que o lugar hoje ocupado pela tecnologia e pelo conhecimento torna obsoleta a lei do valor. Mas isso não deve nos desestimular de enfrentar esse debate; ao contrário, é preciso desocultar tais fetiches.

O uso da técnica precisa estar articulado a análises anteriores ou diagnósticos que instruem sua escolha. E aqui referimo-nos não só a opção por realizarmos entrevistas, reuniões de grupo, visitas domiciliares, mas também o emprego de técnicas como a dramatização, o grafodrama, o uso de vídeos, entre outras alternativas, de acordo com as avaliações realizadas e a finalidade que pretendemos atingir.

A mediação da prosa, da poesia, de letras de música ou de artigos de jornal analisados em sala de aula ou com grupos de usuários para mediar o desvendamento de processos de alienação, as contradições cotidianas, sentimentos dos sujeitos, reducionismos, estigmas velados, as expressões da questão social tem-se mostrado bastante efetiva como instrumentos pedagógicos.

Entre tantos exemplos, poderíamos citar a articulação do poema “A família de olhos”, de Baudrillard, como texto auxiliar para trabalhar a teoria da alienação de Marx, ou ainda a articulação do conto ou do filme “O estudante de Praga” com os *Manuscritos econômicos e filosóficos* para interpretar os processos de alienação, ou ainda a utilização de letras de músicas de Chico Buarque de Holanda, Legião Urbana, Caetano Veloso ou Raul Seixas, para expressar as contradições cotidianas, a inversão de valores impostos pela sociedade capitalista, processos de discriminação e violência, sonhos e estratégias de resistência dos sujeitos sociais (PRATES, 2003).

Entendemos que os instrumentos não são desta ou daquela ciência, mas da ciência, da sociedade. A partir das mediações que realizamos utilizando-os como ferramentas, aportamos as particularidades de nossas áreas de conhecimento ao seu uso. Fosse um artista mediando o mesmo filme, “O estudante de Praga” talvez destacasse aspectos relativos à qualidade da fotografia, da luz empregada, da tomada realizada pela câmera na filmagem, da expressão dos atores, da qualidade da história. A finalidade articulada às teorias explicativas e ao método utilizado dão direção às mediações que realizamos, considerando que mediamos técnicas para o manejo de situações reais.

O uso, por exemplo, de técnicas de grupo, sem que seja considerada a dinâmica do grupo, seu movimento, suas necessidades e expectativas, seus vínculos, construídos ou não, avaliação sem a qual não seria possível a escolha adequada de uma determinada técnica para auxiliar no favorecimento deste ou daquele processo social, seria tão mecânica quanto um filme passado a esmo. Ambos poderiam ser considerados processos tecnicistas, ambos careceriam de efetividade, porque mal fundamentados.

Por fim, embora não seja da natureza das teorias sociais oferecer conhecimentos prático-interventivos para instrumentalizar profissões, é importante dizer que, embora a teoria marxiana não seja suficiente para informar todos os processos interventivos realizados pelo assistente social, como também por outros profissionais interessados em intervir na realidade, ela aporta importantes subsídios não só para explicar o real, mas também para nele incidir concretamente. As categorias, marxianas que conformam a dinâmica do método são analítico-interventivas, dependendo do modo como as movimentamos. Entendemos também que o movimento de *détour*, que se realiza para efetivar a reflexão dialética, conforme o explicita Lefebvre (1991), pode ser empregado no processo interventivo.

Em nossa experiência profissional, trabalhando com populações em situação de rua, em reuniões de grupo partíamos da estrutura, buscando evidenciar o contexto presente com o grupo, voltávamos na história buscando desocultar os processos que conformaram a situação atual, refletíamos realizando mediações entre contextos e vivências similares, particulares e processos universais que podiam ser articulados com elas para melhor explicá-las e retornávamos ao presente (movimento de ida e volta) buscando fazer uma nova totalização coletiva, sempre provisória. Nesse movimento, outras mediações eram realizadas por conta de processos grupais que se explicitavam e precisavam ser trabalhados, mas o eixo condutor era o movimento de *détour*. Utilizávamos a história (relatada por cada participante do grupo) como contraprova, processualmente ressignificada, reelaborada pelos sujeitos com o auxílio do processo grupal.

O *como fazer* precisa estar instruído por questões anteriores como *o que fazer?* e *o por que fazer?* Estes processos pressupõem atitude investigativa, planejamento e cadeias de mediações a serem acionadas, além de outras construídas no momento da intervenção, todas instruídas pelos fundamentos.

O instrumental movimentado pelo trabalhador para articular processos, realizar mediações, provocar reflexões é também composto pelo produto do trabalho de outros trabalhadores. Dependendo do lugar que ocupa na cadeia produtiva, diz Marx (1989) uma ferramenta pode ser um instrumento ou produto do trabalho.

O trabalho, na medida em que produz a riqueza material necessária à existência humana, está na origem da arte, da linguagem, da ciência, da educação, do direito, da política, mesmo que elas tenham natureza e função social próprias (TONET, 2009).

Na presente edição da revista *Textos & Contextos*, apresentamos o trabalho, produto da reflexão e investigações de autores, oriundos de nove diferentes estados do Brasil, além do Rio Grande do Sul, e de dois países parceiros, Uruguai e Portugal, que versam sobre as mais variadas formas de expressão da questão social, tanto no que concerne a desigualdades como a resistências. Espera-se que os artigos publicados pela Revista possam compor o instrumental de profissionais de diversas áreas e contribuir para o aprimoramento do seu trabalho.

Neste número, a Revista foi subdividida em cinco eixos temáticos.

O primeiro, intitulado **Conjuntura e transferência de renda**, é composto por dois artigos. A primeira produção apresentada, na abertura da Revista, cuja versão é também traduzida para língua inglesa, aporta reflexões, a partir da perspectiva da economia política, sobre o desemprego crônico, tendo por fundamento a teoria marxiana e estabelecendo o diálogo com analistas atuais que mediam estas contribuições para explicar o contexto de crise estrutural contemporânea. O segundo mostra, a partir da experiência uruguaia de transferência de renda, o caráter contraditório das políticas sociais e os processos de despolitização realizados através de ações tecnocráticas que buscam limitar o lugar da luta política como estratégia para proteger a liberdade de mercado.

O segundo eixo, intitulado **Vulnerabilidades e garantia de direitos**, é composto por três artigos. O primeiro versa sobre o modo como travestis e transexuais vêm se relacionando com o sistema de segurança pública, dando visibilidade às violações de direitos sofridas por estes sujeitos em razão de suas identidades sexuais e de gênero. O segundo trata dos processos de adoção tardia, destacando os significados e as percepções dos pretendentes à adoção e de profissionais, em especial os assistentes sociais. O terceiro aborda as dimensões da vulnerabilidade no processo de saúde e doença da criança e o protagonismo das famílias nas alternativas de resistência, onde se inclui com destaque a apropriação do conceito ampliado de saúde.

O terceiro eixo, intitulado **Gestão e pesquisa em saúde**, articula dois artigos que versam sobre planejamento estratégico e humanização na saúde. O primeiro, tomando por base a Fiocruz, avalia o alinhamento entre a estratégia e os critérios na priorização de projetos de pesquisa na instituição, a partir da percepção dos agentes envolvidos com o planejamento estratégico. O segundo traz reflexões para o debate público sobre os desafios a efetivação da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto hospitalar a partir da percepção de familiares, cuidadores de crianças internadas em uma unidade pediátrica e de profissionais de saúde, destacando a importância de que sejam ampliados os espaços de participação dos usuários e trabalhadores para o fortalecimento da política.

O quarto eixo, intitulado **A intersetorialidade e o trabalho em redes**, apresenta três artigos que versam respectivamente sobre a intersetorialidade na Política de Assistência Social, aportando reflexões que contemplam aspectos contextuais, conceituais e tipológicos de redes e o modo como são incorporados pela política. O segundo problematiza a produção da intersetorialidade a partir de projetos direcionados à juventude pobre realizados pela Prefeitura de Niterói, destacando possibilidades e limites do processo, entre os quais ressalta a falta de estratégias de capacitação dos agentes para o trabalho

intersetorial e a dificuldade dos gestores de compartilhar poder e recursos. Por fim, o terceiro problematiza o processo de envelhecimento humano e as crescentes demandas para atendimento das necessidades dos idosos, via redes de serviços, o que encontra entraves estruturais e políticos para a sua efetivação, em que pesem os avanços legais para a proteção e atenção desses sujeitos.

O quinto e último eixo, intitulado **Serviço Social, ensino e trabalho profissional**, é o mais extenso e foi composto por quatro artigos. O primeiro problematiza a efetiva apropriação pelo Serviço Social da teoria social marxiana e seus rebatimentos no trabalho profissional e na materialização do projeto ético-político profissional, a partir de pesquisa realizada pela autora para obtenção do título de mestre. O segundo aporta reflexões sobre as contribuições da produção de Agnes Heller para o âmbito da formação e da práxis profissional do assistente social, a partir do debate aprofundado acerca da categoria cotidiano. O terceiro apresenta um estudo realizado em Portugal, tendo como foco a caracterização do trabalho profissional burocrático do assistente social efetivado em 35 organizações não lucrativas (ONL) buscando avaliar como os profissionais percebem e configuram o seu próprio trabalho, considerando aspectos como controle externo, centralização de decisões, rotinização de procedimentos e previsibilidade de resultados. Por fim, o artigo que encerra este eixo e a Revista versa sobre as possibilidades de atuação do assistente social no âmbito socioambiental, enfatizando não só a relação entre a degradação socioambiental com outras formas de expressão da questão social, como a pobreza, como também aportando reflexões sobre novas demandas na área que podem ser trabalhadas pelo Serviço Social, dadas as suas particularidades comuns.

Antes de finalizar, é pertinente destacar que, dos 14 artigos apresentados, a metade são resultado de pesquisas, na sua quase totalidade envolvendo a escuta dos sujeitos e cujos procedimentos éticos foram explicitados nas produções e os demais são reflexões teóricas que abarcam não só relevantes análises conjunturais e de processos sociais significativos, como aportam concepções e conceitos para o aprofundamento de temas que se configuram como refrações da questão social, em conformidade com a linha editorial da Revista.

Desejamos a todos boa leitura.

Inverno de 2013.

Referências

- BAPTISTA, Myriam Veras. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. 2. ed. São Paulo, Veras, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: CIA das Letras, 1986.
- BRASIL. *Censo da Educação Superior 2010*. Brasília, MEC/INEP, 2011.
- ANDRADE, Cibele Y. de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior UNICAMP*, São Paulo, Unicamp, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993a.
- _____. *O capital*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro 1, v. 1.
- PRATES, Jane Cruz. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.
- _____. et al. *As revisões curriculares na área do serviço social e o desenvolvimento de competências para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Relatório de pesquisa, Porto Alegre. PUCRS/CNPq, 2012.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 87. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- TONET, Ivo. *Marxismo e Educação*. Artigo. Maceió, 2009. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf. Acesso em: junho de 2013.